

Rusiane da Silva Torres

Instituto Federal do Rio Grande do Norte
(IFRN)

<http://lattes.cnpq.br/1367809689874532>

<https://orcid.org/0000-0002-9898-6976>

rusianehistoria@gmail.com

Sandra Maria Campos Alves

Instituto Federal do Rio Grande do Norte
(IFRN)

<http://lattes.cnpq.br/6487313935953110>

<https://orcid.org/0000-0002-9343-9324>

sandra.campos@ifrn.edu.br

Submetido em: 06/11/2023

Aceito em: 05/12/2023

Publicado em: 20/12/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe16738](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe16738)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

MAPEAMENTO STRICTO SENSU SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

RESUMO

Esta pesquisa do tipo estado do conhecimento foi realizada com a finalidade de mapear estudos acadêmicos que discutem acerca da cultura africana e afro-brasileira nos cursos de licenciatura em História. O estudo foi desenvolvido com dados primários obtidos através do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A metodologia adotada no artigo consistiu na análise qualitativa, por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre o tema de estudo. Como resultado, vimos a predominância de um currículo pautado no eurocêntrico nos cursos de formação inicial de professores de História. As culturas africanas e afro-brasileiras aparecem de forma secundária nos currículos dos cursos de licenciatura em História.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Licenciatura em História. Educação antirracista.

STRICTO SENSU MAPPING OVER ETHNIC-RACIAL QUESTIONS AND THE FORMATION OF HISTORY TEACHERS

ABSTRACT

The state of knowledge of the following research was developed with the objective of mapping the academic studies that debate on the African and Afro-Brazilian cultures on the Teaching History Courses. This study was developed with data collected through the CAPES Banco de Teses e Dissertações. The adopted methodology in this article consisted of a qualitative analysis, the research was given based on a bibliographical review on the chosen thematic. As a result, there is a notable prevalence of an eurocentric based curriculum on the initial formation courses of History teachers. The African and Afro-Brazilian cultures appear as secondary on the Teaching History Courses curriculum.

Keywords: State of Knowledge. Teaching History. Anti-racist Education.

MAPEO ESTRICTO SENSU SOBRE LAS CUESTIONES ÉTNICO-RACIALES Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE HISTORIA

RESUMEN

Esta investigación, de tipo estado del conocimiento, se llevó a cabo con el propósito de mapear estudios académicos que discuten la cultura africana y afrobrasileña en los programas de licenciatura en Historia. El estudio se realizó con datos primarios obtenidos a través del Banco de Tesis y Disertaciones de CAPES. La metodología adoptada en el artículo consistió en un análisis cualitativo, mediante una revisión bibliográfica sobre el tema de estudio. Como resultado, observamos la predominancia de un plan de estudios centrado en lo eurocéntrico en los programas de formación inicial de profesores de Historia. Las culturas africanas y afrobrasileñas aparecen de manera secundaria en los planes de estudio de los programas de licenciatura en Historia.

Palabras Clave: Estado del conocimiento. Licenciatura en Historia. Educación antirracista.

1 INTRODUÇÃO

A produção científica vem ganhando destaque nos últimos anos, em decorrência, dentre outros aspectos, da expansão dos cursos de pós-graduação no país, logo, as bases teórico-metodológicas, os objetos de pesquisa, as áreas de conhecimento se ampliam, se tornando necessária a realização de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento no início do trabalho acadêmico. Dentre as principais demandas de um estado do conhecimento estão o de mapear, discutir e analisar as produções já realizadas acerca do tema delimitado (FERREIRA, 2002).

O estado do conhecimento é um tipo de pesquisa bibliográfica, realizada, principalmente, em teses, dissertações e artigos científicos, pois neste grupo de pesquisas é possível conhecer o que está sendo pesquisado nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*¹ sobre determinada temática. De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 102), o estado do conhecimento se refere a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”.

A construção de um estado do conhecimento possibilita ao pesquisador conhecer as principais abordagens utilizadas por cada área acerca do seu objeto de busca, ampliando dessa forma, seus horizontes, percebendo quais perspectivas que ainda não foram abordadas, pontos de vista que ainda não foram explorados e que podem ser inovadores para a realização de uma nova pesquisa. Por isso, sugere-se que sua elaboração ocorra no início da pesquisa científica.

Pesquisas envolvendo a cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar ganharam um espaçamento maior após a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determina que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003). A lei frisa ainda que os conteúdos referentes à temática serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Por fim, inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como *Dia Nacional da Consciência Negra*.

No entanto, a diversidade ainda é tratada com indiferença nas esferas educacionais, e a temática costuma ser silenciada, inclusive nos cursos de graduação e

¹ O conceito apropriado responde à produção científica em nível de dissertação de mestrado e tese de doutorado, legitimada pelo Ministério da Educação e expressa na Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 44, inciso III (BRASIL, 1996).

pós-graduação. Munanga (2013) discorre acerca dos currículos eurocêntricos, aqueles que não respeitam a diversidade de gênero, religiosa, as classes sociais, ou ainda as diversas etnias presentes no processo de formação do povo brasileiro. O autor cita a urgência de descolonizar os currículos educacionais. Descolonizar os currículos consiste em abrir espaço para o debate acerca da miscigenação dos povos e das etnias presentes no processo de formação do povo brasileiro, por consequente, promover uma educação antirracista. Esse processo deve ocorrer em todos os níveis de ensino, Educação Básica e Educação Superior.

Desse modo, esse artigo tem como objetivo refletir em torno da formação inicial de professores de História no que se refere às questões étnico-raciais, para isso, realizamos uma pesquisa do tipo estado do conhecimento. A pesquisa possibilitará a compreensão de como se encontra o repertório do conhecimento nesse horizonte, bem como delinear um perfil da produção científica *stricto sensu* já realizada, oportunizando, com isso, pensar em perspectivas ainda não exploradas ou pouco estudadas acerca do ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira nos cursos de licenciatura em História.

Quanto à organização do trabalho, ele está dividido em seções que, de forma articulada, buscam alcançar o objetivo proposto. Na primeira seção realizamos um estudo documental de como a cultura e a história africana e afro-brasileira se faz presente nos documentos e regimentos educacionais. No segundo item discorreremos acerca dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Aqui descrevemos o passo a passo da construção do estado do conhecimento e a seleção dos trabalhos para análise. No terceiro item evidenciamos algumas características essenciais dos trabalhos analisados para esta pesquisa, tais como, a titulação dos autores, os programas de pós-graduação, as instituições onde os trabalhos foram realizados, os procedimentos metodológicos e teóricos adotados pelos pesquisadores.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PERANTE O **MULTICULTURALISMO**

O Brasil é um país multicultural, apresentando ampla diversidade étnica. A escola por sua vez, deve levar essa pluralidade para dentro das salas de aula. Candau (2008) enfatiza a necessidade de reinventar a educação brasileira, inserindo na sala de aula novos sujeitos, promovendo uma educação que possa oferecer subsídios significativos

dentro do contexto heterogêneo que se encontra nosso país. Nesse sentido, é necessário a inserção da temática diversidade cultural nos documentos e regimentos educacionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados no ano de 1997, foi o primeiro documento normativo que trouxe a diversidade cultural como pauta de discussão. É importante frisar que tal conquista, foi fruto de lutas constantes do Movimento Negro. Dentre os objetivos gerais dos PCNs estão:

[...] Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País (BRASIL, 1997, p. 06).

Os Parâmetros estabeleceram questões que devem ser debatidas na escola de forma transversal, ou seja, envolvendo todos os componentes curriculares. Foram estabelecidos como temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. Na escolha dessas temáticas alguns critérios foram adotados, tais como a urgência social; abrangência nacional; possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental; favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

Sobre o tema transversal Pluralidade Cultural, o documento frisa que “para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem” (BRASIL, 1997, p. 23). Logo, a escola deve ser esse lugar de inclusão e respeito aos diferentes povos que compõem a nossa sociedade. Com o predomínio de um currículo eurocêntrico e monocultural, o tema transversal apresenta forte relevância social e educacional.

Vale salientar que os PCNs serviram como um documento norteador, de orientação aos professores para sua prática na sala de aula, sem efeito normativo. Por consequente, as discussões em torno do estudo da cultura africana e afro-brasileira continuaram escassas e novas políticas educacionais foram elaboradas, dessa vez, com um diferencial, apresentando um cunho obrigatório.

Nos primeiros dias do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da Educação Básica, das instituições públicas e particulares.

Mais tarde, no ano de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645 de 2008, que complementa a primeira, acrescentando a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Indígena.

Sobre a Lei nº 10.639 de 2003, Torres e Carvalho (2020) frisam que seu propósito principal é fazer uma correção nos débitos que a História gerou com a população africana e afro-brasileira, uma vez que são mais de 500 anos em que há um silêncio no tocante à sua cultura, além disso, a sua história é contada sob a perspectiva do branco colonizador, onde impuseram a sua própria cultura, a elite dominante europeia, como a legítima e modelo a ser seguido. Sobre os povos africanos, mencionaram apenas os longos anos do trabalho escravo, minimizando aspectos como suas contribuições culturais, promovendo dessa forma, uma educação racista e excludente. A lei possibilita uma real compreensão acerca dos povos africanos no Brasil, suas lutas, resistências, contribuições culturais e religiosas.

No ano seguinte, em parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi elaborado um documento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). Este documento foi entregue aos professores com o objetivo central de valorização da riqueza e da diversidade étnico-racial e cultural do Brasil, buscando eliminar o eurocentrismo ainda presente no currículo escolar.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (BRASIL, 2004, p.16-17).

Nesse sentido, o objetivo legal da DCNERER é de promover a valorização e reconhecimento das minorias que, pelo processo histórico, tiveram muitos dos seus direitos negados, além de suas vozes silenciadas, de modo que o processo de articulação dos movimentos sociais para a criação dessas leis foi de extrema importância, porque, mesmo silenciados, esses povos permaneceram e tornaram-se resistência por meio do processo de luta na defesa e conquista de direitos.

Mais tarde, em 2017, em busca de promover uma educação de qualidade e de forma igualitária, elaborou-se uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento já é uma realidade dentro das escolas brasileiras. Apresenta um caráter

normativo, e estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que prescreve o Plano Nacional de Educação (PNE).

O texto de apresentação do documento fala sobre a Lei 10.639/03, porém, no que se refere às competências e habilidades para os alunos do Ensino Fundamental/anos finais, observa-se poucas competências e habilidades relacionadas à temática, sendo invisível dentro das discussões propostas para Matemática, Ciências, Ensino Religioso, Educação Física. No que compete ao componente curricular de História, para os anos finais, a abordagem no estudo do continente africano é bem definida. São trabalhadas questões referentes ao processo de registro utilizado pelos povos antigos da África, enfatizando sua organização social, econômica e política desse grupo. São diluídos, ao longo das habilidades para o campo da História, aspectos que vão ao encontro ao texto expresso na Lei 10.639/2003.

O componente curricular de Língua Portuguesa, para o Ensino Médio, destaca a necessidade de diversificar as produções das culturas juvenis contemporâneas, trazendo para as salas de aula “contos folclóricos de matrizes europeias, africanas, indígenas [...] que possam aproximar os estudantes de culturas que subjazem na formação identitária de grupos de diferentes regiões do Brasil” (BRASIL, 2018, p. 514).

O documento, alvo de críticas e questionamentos na época da sua elaboração, revisão e aprovação, traz competências e habilidades a serem desenvolvidas através do conhecimento da cultura africana, no entanto, não existe a garantia de que, de fato, serão abordadas pelos educadores. Faltou especificações e referências diretas de como trabalhar a temática nos componentes curriculares, não limitando sua discussão na História, tal como determina a Lei 10.639/2003.

Por fim, é importante frisar que as políticas educacionais referentes às questões étnico-raciais não foram suficientes para a realização de um ensino heterogêneo, bem como eliminar ou minimizar estereótipos e práticas preconceituosas, dentre outros fatores se pode destacar a não alteração das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Sem uma formação docente pautada na diversidade cultural, o professor dificilmente abordará tal pauta na sala de aula, ou limitará em discutir elementos que ressaltam sua vinda para o Brasil na condição de escravizado (TORRES e CARVALHO, 2020). Desse modo, na busca de conhecer os cursos de licenciatura em História na formação do docente para discussão da história africana e afro-brasileira, realizamos um estudo acerca das produções já realizadas anteriormente abrangendo essa temática.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização desta investigação, a qual é “desenvolvida com base em material já elaborado”, logo, considerada como um tipo de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002, p. 44), foi realizada entre dos dias 15 a 20 de maio de 2023, com dados primários obtidos através de teses e dissertações publicados no Banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)². Sobre o banco de dado, Vieira e Maciel (2007) definem como um banco de cunho multidisciplinar que agrega as grandes áreas do conhecimento, suas divisões, subdivisões, bem como suas especificidades. Disponibilizado no *site* da Capes, contém informações fornecidas pelos Programas de Pós-Graduação do país, apresenta acesso livre e de forma gratuita, além de veracidade no seu conteúdo.

Sabendo do grande número de pesquisas disponíveis no indexador, para a construção do estado do conhecimento é necessário estabelecer filtros, sendo o primeiro deles a escolha dos descritores. Romanowski e Ens (2006) destacam que os descritores são palavras-chave que servem para indicar o direcionamento da pesquisa. Os descritores usados nessa pesquisa foram: “*Formação de professores de História*”; “*cultura africana*”; “*questões étnico-raciais*”, colocados entre aspas (“”) e separados por ponto e vírgula (;).

A primeira busca apresentou como resultado 360 trabalhos, sendo 63 teses de doutorado, 293 dissertações de mestrado (profissional e acadêmico) e uma pesquisa oriunda de curso profissionalizante. No primeiro momento, descartamos 133 trabalhos, estes são anteriores à Plataforma Sucupira, logo, as pesquisas não são disponibilizadas no catálogo da Capes. A plataforma foi criada no ano de 2012, assim, pesquisas realizadas anteriormente foram excluídas de forma imediata. Sobraram 227 trabalhos, publicados entre 2013 a 2023.

Realizamos uma leitura dos títulos de cada uma dessas 227 pesquisas, com o objetivo de selecionar aquelas que condizem com os descritores e, por consequente, com nosso objeto de pesquisa. Embora reconheçamos que, em muitos casos, os títulos podem omitir informações. Foram descartados trabalhos pautados nas questões étnico-raciais, mas com foco na formação de professores de outras áreas do conhecimento, como Geografia, Educação Física e Língua Portuguesa. Pesquisas sem nenhuma relação com

² Link de acesso: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

alguns dos descritores, ou ainda, pautados na prática docente e não na formação inicial do professor, não foram selecionadas para a próxima etapa.

Com esses critérios de exclusão, 23 trabalhos foram selecionados para a próxima etapa: Leitura dos resumos. Sobre a elaboração de resumos em trabalhos científicos, Ferreira (2002, p. 262) ressalta que eles têm a “finalidade de divulgar com mais abrangência os trabalhos produzidos na esfera acadêmica”, assim, nos resumos devem conter informações como “[...] o objetivo principal de investigação; a metodologia/procedimento utilizado na abordagem do problema proposto; o instrumento teórico, técnicas, sujeitos e métodos de tratamento dos dados; os resultados; as conclusões e, por vezes, as recomendações finais” (FERREIRA, 2002, p. 262). Os resumos evidenciaram que as pesquisas pautadas na história e cultura africana e afro-brasileira são voltadas, sobretudo, para a atuação do docente na Educação Básica.

Em síntese, as pesquisas foram selecionadas mediante os seguintes critérios:

- Está disponível na íntegra no catálogo da Capes;
- Apresentar título semelhante aos descritores de busca;
- Relação do resumo com o objeto de pesquisa (se propor a análise a formação inicial dos professores de História e o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira).

Assim, após a leitura dos resumos, selecionamos cinco pesquisas para compor a análise nesse estado do conhecimento, sendo três teses de doutorado e duas dissertações de mestrado, sendo um mestrado acadêmico e outro profissional. Os trabalhos selecionados para a análise e discussão foram lidos na íntegra e organizados no quadro 1 enfatizando o autor, o título da pesquisa, a instituição, a área do programa de Pós-graduação *stricto sensu*, a natureza da pesquisa (dissertação ou tese) e o ano da publicação.

Quadro 1: Teses e Dissertações selecionadas para a análise

Autor (a)/Título	Instituição/ Trabalho/Área do programa	Tipo de de	Ano
1. CEREZER, Osvaldo Mariotto. Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de História iniciantes (Mato Grosso, Brasil)	Universidade Federal de Uberlândia	Tese (Doutorado) Educação	2015
2. DIALLO, Cíntia Santos. História da África e cultura afro-brasileira no Ensino Superior Público: análises sobre currículos e disciplinas dos cursos de licenciatura em História em Mato Grosso do Sul (2003-2016)	Universidade Federal da Grande Dourados	Tese (Doutorado) História	2017
3. CARVALHO, Leandra Paulista de. História e cultura afro-brasileira e indígena nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em História das IES públicas de Minas Gerais.	Universidade de Uberaba	Dissertação (Mestrado Profissional) Educação	2020
4. MARQUES, Tiago Soares. Branquitude e formação de professores de História: narrativas e representações de docentes em universidades do Rio Grande do Sul.	Universidade Luterana do Brasil	Dissertação (Mestrado) Educação	2022
5. DIENSTMANN, Gabriel. Branquitude e Racismo nos Cursos de Graduação e Pós-graduação em História – construindo diálogos a partir do caso da UFRGS.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Tese (Doutorado) História	2023

Fonte: Organizado pelas autoras (2023)

Os trabalhos selecionados foram publicados entre os anos de 2015 a 2023, mais precisamente nos anos 2015, 2017, 2020, 2022 e 2023. Em predominância regional, percebe-se que há uma maior quantidade de trabalhos desenvolvidos através de instituições localizadas nas regiões Sul e Sudeste. Não encontramos pesquisas relacionadas aos cursos de licenciatura em História das universidades públicas do Rio Grande do Norte.

As pesquisas buscam analisar o referido curso nas instituições dos estados de Mato Grosso (CEREZER, 2015), Mato Grosso do Sul (DIALLO, 2017), Minas Gerais (CARVALHO, 2020) e Rio Grande do Sul (MARQUES, 2022; DIENSTMANN, 2023). No tópico seguinte, buscaremos evidenciar algumas características essenciais dos trabalhos analisados para esta pesquisa, tais como, os procedimentos metodológicos, referencial teórico citados pelos pesquisadores e os resultados das buscas.

4 PROPOSIÇÕES ACERCA DOS TRABALHOS SELECIONADOS PARA A ANÁLISE

Após a leitura minuciosa das cinco produções que compõem esse estado do conhecimento, realizamos um exame descritivo e comparativo. O primeiro elemento de análise são as palavras-chave de cada uma das pesquisas. Notamos que as palavras-chave vão ao encontro com os descritores adotados na busca (“*Formação de professores de História*”; “*cultura africana*”; “*questões étnico-raciais*”). Os termos mais mencionados foram: Formação de professores de História, Educação étnico-racial, Ensino de História e branquitude. As palavras-chave foram organizadas no quadro 2.

Quadro 2: Palavras-chave das teses e dissertações selecionadas para a análise

Autor/ano	Palavras-chave usadas nas pesquisas
CEREZER (2015)	Formação de professores de História. História Afro-Brasileira e Indígena. Leis 10.639/03 e 11.645/08. Saberes e práticas docentes.
DIALLO (2017)	Ensino de História da África. História das Disciplinas Acadêmicas. Educação Étnico-racial.
CARVALHO (2020)	História e cultura afro-brasileira e indígena. Formação docente. Currículos. Ensino de História.
MARQUES (2022)	Branquitude. Formação de professores de História. Identidade. Educação das Relações Étnico-Raciais. Pedagogia decolonial.
DIENSTMANN (2023)	Branquitude. Racismo. Ensino de História. Ensino Superior. Universidade

Fonte: Organizado pelas autoras (2023)

Convém realizar uma discussão acerca do termo branquitude, presente na dissertação de Marques (2022) e na tese de Dienstmann (2023). Os dois autores buscam a compreensão da complexidade da branquitude atrelada ao racismo nos cursos de licenciatura em História das universidades públicas do Rio Grande do Sul. A ideia de branquitude, no Brasil, é estruturante e estabelece barreiras no que refere ao avanço de perspectivas antirracistas. Essa ideologia é responsável direta pelo mito da democracia racial.³

³ No Brasil, o mito da democracia racial, defendida por Gilberto Freyre, determina uma concepção baseada na visão de relações raciais harmônicas e na perspectiva da inexistência do racismo na sociedade brasileira. Esse discurso teve sua origem no final do século XIX e se perpetuou entre os intelectuais brasileiros ao longo de todo o século XX, com o objeto central mascarar uma realidade discriminatória e opressiva entre os povos. Ver mais em: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**, 42 ed. São Paulo: Atual, 2002.

A tese de Cerezer (2015) tem como objetivo analisar a implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 e as diretrizes curriculares nos cursos de História de instituições públicas do Estado de Mato Grosso. Apresenta uma abordagem qualitativa, combinando análises documentais e fontes orais (entrevistas). Dentre os documentos analisados estão: Regimentos e Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos de História pesquisados. Em relação aos relatos orais, foram entrevistados 11 professores egressos dos três cursos estudados, estes deveriam estar em fase inicial da carreira docente, e sete professores formadores dos respectivos cursos. O autor conclui que existe uma presença marcante do eurocentrismo na análise dos PPCs, nas ementas das disciplinas e nas vozes dos professores entrevistados. Entretanto, é importante frisar que em um dos cursos pesquisados - Licenciatura em História na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) existem disciplinas, de cunho obrigatório, sobre a História da África e História Indígena.

A tese apresentada por Diallo (2017) centra-se na temática História da África e Cultura Afro-brasileira no Ensino Superior público e tem como foco os currículos e disciplinas dos cursos de licenciatura em História em Mato Grosso do Sul. A autora adotou como método de pesquisa entrevistas, no qual entrevistou sete professores das instituições de nível superior do Estado que já ministraram a disciplina História da África. Além das entrevistas, é evidente durante a leitura do texto, que houve a realização de uma pesquisa documental, uma vez que analisa os currículos dos cursos, as ementas curriculares das disciplinas, no entanto, a autora não faz nenhuma menção a essa técnica de pesquisa. Como resultados evidenciou que os professores dos cursos de Licenciatura em História reconhecem a necessidade de reorganizar as disciplinas específicas, no entanto, o grande desafio, diz respeito à superação da matriz eurocêntrica do curso e à incorporação por parte dos quadros das universidades de professores com formação específica na temática.

Carvalho (2020) realiza um estudo de cunho qualitativo, usando a pesquisa documental como técnica de pesquisa. O autor estuda 17 cursos de Licenciatura em História de instituições públicas espalhadas pelo Estado de Minas Gerais, com o objetivo de compreender como esses cursos apresentam o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena na formação de professores de História. Dentre os documentos analisado estão documentos oficiais do governo (Diretrizes, Leis, Decretos) e o PPCs dos cursos investigados. Constatou-se que nas ementas curriculares existe uma valorização da promoção das culturas e dos direitos humanos em busca da superação do racismo, no entanto, considera-se necessário ampliar o espaço do estudo da história e cultura afro-

brasileira e indígena para que as Leis Federais nº 11.645/2008 e nº 10.639/2003 sejam implementadas na educação básica.

Marques (2022) discorre sobre a branquitude e a sua relação com a formação de professores de História em quatro universidades do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o objetivo da dissertação é compreender como opera(m) a(s) branquitude(s) na formação de desses docentes. No seu aspecto metodológico, a pesquisa de cunho qualitativo, utiliza-se de entrevistas, em uma perspectiva de narrativa pós-crítica, para coleta dos dados. Foram entrevistados cinco professores universitários. Os dados obtidos nas entrevistas foram categorizados, e em seguida discutidos, concluindo que as representações (re)produzidas pelos professores, ao longo das suas narrativas, possibilitam a problematização da branquitude através do reconhecimento de uma História não excludente e que contempla as experiências dos diferentes sujeitos históricos do passado e do presente.

Branquitude também foi objeto de pesquisa na tese de Dienstmann (2023). O autor apresenta uma análise crítica sobre as implicações da branquitude e do racismo nos cursos de Ensino Superior em História dos cursos de graduação e de pós-graduação do Rio Grande do Sul a partir de um estudo de caso. Foram construídas 22 interlocuções de história oral (entrevistas) para a elaboração da tese, sendo 12 delas com docentes do curso de História da UFRGS e 10 com discentes. É importante mencionar que dos docentes, 11 são autodeclarados brancos e 1 negro. Ao longo da tese também é realizada uma pesquisa documental, onde o autor apresenta com detalhes as disciplinas dos cursos, os teóricos estudados, estes predominam homens brancos de nacionalidade europeia. Dienstmann (2023) finaliza ressaltando a urgência de uma descolonização dos currículos das instituições pesquisadas, e enfatizando a importância das ações afirmativas nos cursos de graduação, pós-graduação e na docência em história nas Instituições Federais de Ensino.

Os referenciais teóricos presentes nos trabalhos manifestam relevantes concepções acerca dos principais conceitos de interesse das pesquisas, entre os quais podemos destacar: formação de professores de História (COELHO e COELHO, 2018), questões étnico-raciais (GOMES, 2008; MUNANGA, 2008; FANON, 2008; GONZALEZ, 1982) e currículo (SACRISTÁN, 2006). Quanto aos aportes metodológicos, as cinco pesquisas se enquadram na busca qualitativa. Por duas das cinco pesquisas terem História como área de concentração (DIALLO, 2017; DIENSTMANN, 2023), a história oral foi adotada como técnica de pesquisa. Nas demais, o termo foi substituído por entrevistas.

Diante das pesquisas apresentadas, torna-se relevante desenvolver um estudo acerca da formação inicial dos professores de História nas instituições públicas do Rio Grande do Norte, no que concerne a história e cultura africana e afro-brasileira, uma vez que o silenciamento dessa pauta gera uma inferiorização e uma negação em torno dos povos negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos apontamentos evidenciados neste estudo, percebemos tanto nos discursos teóricos quanto nos resultados das pesquisas, uma inferiorização acerca da cultura africana nos cursos de licenciatura em História no Brasil. Logo, surge a necessidade de novas pesquisas acerca desses currículos, abrangendo outros estados, por conseguinte, outras universidades.

Por meio do estado do conhecimento, conseguimos mapear os principais procedimentos metodológicos das pesquisas envolvendo a formação de professores de História para o ensino da cultura africana e afro-brasileira, bem como os conceitos trabalhados, os teóricos referenciados, os eixos mais e os menos explorados.

Os currículos das escolas brasileiras sofreram/sofrem forte influência dos povos europeus. Tais elementos podem ser percebidos ao enaltecer personagens, acontecimento, sobretudo, brancos e minimizar sujeitos como os negros, os indígenas, as mulheres. Assim, se faz necessário descolonizar os currículos e incluir novos sujeitos e temáticas, e essa descolonização deve ocorrer, em especial, nos cursos de licenciatura, pois de lá sairão professores para atuarem na Educação Básica. É necessário pensar a educação antirracista, aquela que inclui múltiplos sujeitos e culturas.

Sabemos que ainda há muito a ser feito sobre a aplicação de fato da Lei 10.639/03 no Ensino Superior para a área de História. Diante disso, as leituras e análises das teses e dissertações proporcionam pensar possibilidades de pesquisas futuras, analisando como a temática é abordada em outras universidades, por exemplo. Por fim, vale ressaltar que para a efetivação de uma educação de cunho antirracista, se faz necessária a dedicação do professor de História, tanto o formador, aquele que ministra aulas no Ensino Superior, como o que está em formação, por isso, se faz relevante pesquisas pautadas na formação docente ainda no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental temas transversais**. Brasília, DF: MEC: SEF, 1997. 436 p

BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 1 fev. 2023.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: [MEC], 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-sEducacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf Acesso em 02 jun. 2023

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

CARVALHO, L. P. **História e cultura afro-brasileira e indígena nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em História das IES públicas de Minas Gerais**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/1422/1/Leandra%20Paulista%20de%20Carvalho.pdf> Acesso em: 17 maio. 2023

CEREZER, O. M. **Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de História iniciantes (Mato Grosso, Brasil)**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13687/1/DiretrizesCurricularesEnsinoHistoria.pdf> Acesso em 18 maio. 2023

DIALLO, C. S. **História da África e cultura afro-brasileira no Ensino Superior Público: análises sobre currículos e disciplinas dos cursos de licenciatura em História em Mato Grosso do Sul (2003-2016)**. 2017. 347 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Grande, Dourados, 2017. Disponível em: Acesso em 20 maio. 2023.

DIENSTMANN, G. **Branquitude e Racismo nos Cursos de Graduação e Pós-graduação em História** – construindo diálogos a partir do caso da UFRGS. 2023, 486 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258062/001168450.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20 maio. 2023.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, T. S. **Branquitude e formação de professores de História: narrativas e representações de docentes em universidades do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) -Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Educação, Canoas, BR-RS, 2022. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM330.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2023.

MOROSINI, M. C; FERNANDES, C. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez. 2014.

MUNANGA, K. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. *In*: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. (org.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, 2013. p. 21-34.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, Paraná, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em: 10 abr. 2023.

TORRES, R. S.; CARVALHO, G. P. O Ensino Religioso e as religiões afro-brasileiras: percepções de professores/as da Educação Básica. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 25 n. 2, p. 27-41, jul.- dez. 2020.

VIEIRA, R. A.; MACIEL, L. S. B. Fonte investigadora em Educação: registros do banco de teses da CAPES. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.2, p. 353-367, maio/ago. 2007.